

CÂMARA MUNICIPAL

1
Cyris

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 02/2018

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2018

(Contém 20 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 02/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2018**

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 12 de janeiro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, e será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e pela Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos que secretariou a reunião.

ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual o andamento do projeto de valorização da frente marítima de Santa Cruz.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu que não foi aprovada a candidatura a fundos comunitários do projeto de valorização da frente marítima de Santa Cruz. A equipa está a trabalhar noutra plano alternativo para a baía de Santa Cruz.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou a consulta do processo de construção de apartamentos turísticos, na Rua Dr. Filomeno da Câmara, freguesia de Santa Cruz.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

“CÔNSUL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA APRESENTOU CUMPRIMENTOS

A Presidente da Câmara Municipal e o Vereador Nelson Santos receberam o Cônsul dos Estados Unidos da América nos Açores, Jason Chue, que se deslocou aos Paços do Concelho para apresentação de cumprimentos.

A Presidente da Câmara Municipal agradeceu o gesto do mais alto representante do consulado americano nos Açores, tendo-se abordado temas como a diáspora Lagoense nos Estados Unidos e a visão estratégica de desenvolvimento económico do Concelho da Lagoa, perspetivando-se parcerias e debatido objetivos e ambições do Município para os próximos anos. Destacou-se ainda o interesse demonstrado pelo consulado no projeto Smart City e na inovação de base tecnológica, potenciado posteriormente com uma visita ao Nonagon, Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel.

SESSÃO DE EDUCAÇÃO POLITICA E PARA A CIDADANIA COM A UMAR

Decorreu, no passado dia 9 de janeiro, mais uma Sessão de Educação Política e para a Cidadania promovida pela área da Cultura do Município de Lagoa, em parceria com a Escola Secundária do concelho. Esta sessão contou com a presença da UMAR - União Mulher Alternativa Resposta e a temática foi "25 anos da UMAR". Nesta terceira de um conjunto de dez sessões, Maria José Raposo, presidente desta associação sem fins lucrativos, falou para um público de 35 alunos da turma de animação sócio-cultural daquela escola. Esclareceu os

alunos sobre a diferença entre "sexo" e "género", desmistificou questões como "os homens não choram", esclareceu sobre o "trabalho invisível" levado a cabo por inúmeras mulheres e alertou para a enorme dificuldade na mudança de mentalidades. De seguida, percorreu a história da UMAR nestes últimos 25 anos, elencando o importante trabalho que esta associação tem vindo a desenvolver através de inúmeras atividades: workshops; projetos de intervenção formativa, de inclusão e de interculturalidade; na realização de marchas; e de tomadas de posição públicas como os "16 dias de Ativismo" e o "Estendal 2015".

CERIMÓNIA DE ENTREGA DE PRÉMIOS DO CONCURSO DE PRESÉPIOS E DAS MONTRAS

A cerimónia de entrega dos prémios relativos ao concurso de presépios e das montras de 2017 teve lugar no passado dia 12 de janeiro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

No âmbito do concurso de presépios, que contou com cerca de 30 participantes, foram atribuídos prémios para o 1.º, 2.º e 3.º lugares, para cada uma das categorias a concurso — categoria de Presépio Tradicional e categoria de Presépio Original.

No que respeita aos prémios da categoria de Presépio Tradicional, o 1.º prémio foi atribuído a Fábio Emanuel Simas Cabral, o 2.º prémio a Ruben Filipe Moniz Alcaidinho e o 3.º prémio a Roberto Manuel Lima Medeiros. Já na categoria de Presépio Original, o 1.º prémio foi conferido à Escola EB1/JI Dr. José Pereira Botelho, o 2.º prémio a Graça do Santo Cristo Furtado Jardim Misa de Freitas e o 3.º prémio a Maria Filomena Carvalho. Em ambas as categorias, o 1.º prémio teve o valor monetário de 200,00€ (duzentos euros), o 2.º prémio de 100,00€ (cem euros) e o 3.º prémio de 50,00€ (cinquenta euros).

No que concerne ao Concurso de Montras, que foi promovido pelo NELAG (Núcleo de Empresários de Lagoa), em parceria com a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e com o apoio da Câmara Municipal de Lagoa, o 1.º prémio coube à Padaria Gomes e Santos, o 2.º prémio à Casa Batista e o 3.º prémio à Clínica Dentária Andrea Carvalho. O 1.º prémio teve o valor de 300,00€ (trezentos euros), o 2.º prémio de 200,00€ (duzentos euros) e o 3.º prémio de 100,00€ (cem euros).

COOPERAÇÃO COM EMPREENDEDORAS LAGOENSES

A Presidente da Câmara Municipal de Lagoa e os vereadores Nelson Santos e Albertina Oliveira receberam no passado dia 15 de janeiro, no edifício dos Paços do Concelho, Kim Sawyer, ex-embaixatriz dos E.U.A em Portugal e diretora executiva do programa da FLAD "Connect to Success", acompanhada pelo Cônsul dos E.U.A. nos Açores, Jason Chue.

Visando fortalecer a economia portuguesa, o programa "C2S - Connect to Success" – apoia o crescimento de PME's detidas e geridas por mulheres e, desde a sua criação, em 2014, através de uma parceria entre a FLAD e a Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, já

dinamizou o negócio de mais de 750 mulheres, das quais cerca de cem encontram-se nos Açores.

A apresentação deste programa e a intenção de uma parceria colaborativa com mulheres empreendedoras do concelho - cuja presidência é assegurada pela única mulher, atualmente, presidente de uma Câmara Municipal nos Açores, foram os temas abordados, havendo recetividade da autarquia de potenciar a divulgação do programa junto das mulheres empreendedoras da Lagoa, procedendo, desde já, à atualização da rede de contatos das empreendedoras lagoenses junto da gestão do Connect to Success.

SESSÃO SOBRE A II GUERRA MUNDIAL, INSPIRADA NO LIVRO “UMA VOZ CONTRA O REICH”, DE GABRIELA FUNK

O auditório da Escola Secundária de Lagoa foi, no passado dia 16 de janeiro, palco de uma sessão inspirada no livro "Uma voz contra o Reich, da autoria de Gabriela Funk, uma iniciativa desenvolvida em parceria com a Câmara Municipal de Lagoa.

O livro em questão é um romance histórico, baseado em factos ocorridos na 1.ª metade do séc. XX, na Alemanha, aquando da 2.ª guerra mundial e pretende ser um “grito de revolta” contra a guerra.

O público-alvo foram os alunos do 9.º, 11.º e 12.º anos da Escola Secundária de Lagoa, que têm a disciplina de História e tratam conteúdos associados a este tema, de forma aprofundada. Como oradores convidados estiveram presentes o jornalista Rui Cabral que fez uma breve apresentação do livro e o Doutor Sérgio Rezendes, professor e historiador especialista na temática das guerras mundiais que explanou a temática da 2ª Guerra Mundial e os seus reflexos em Portugal e sobretudo nos Açores, que tiveram um importante papel na II Guerra, devido à sua localização geográfica. Seguiu-se uma breve intervenção da autora, Professora Doutora Gabriela Funk sobre o livro e, por último, do seu marido, Mathias Funk que falou do impacto das duas guerras mundiais na sua família, enquanto descendente de uma família que viveu de perto com as atrocidades da guerra na Alemanha e Polónia.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA FIRMOU CONTRATO QUE PERMITE DIVULGAR ARTE HISTÓRICA E EMBLEMÁTICA DO CONCELHO

A Presidente da Câmara Municipal assinou, no passado dia 16 de janeiro, no edifício dos Paços do Concelho, um acordo com o proprietário da Oficina de Ferreiro/Ferrador da Lagoa, Sr. João Benevides. Este acordo consiste no aluguer da Oficina de Ferreiro/ Ferrador, um imóvel onde ainda é praticada uma atividade histórica, cénica e emblemática do concelho e onde são avocadas as tradições dos ferreiros / ferradores no trabalho de transformação do ferro.

Chun⁶

Com este acordo o Município dá continuidade à sua aposta no domínio da cultura, dando a conhecer não só uma atividade quase extinta, bem como, a oficina, os utensílios e o trabalho aí desenvolvidos, proporcionando aos visitantes o contacto direto com a riqueza, complexidade técnica e valor cultural dessa atividade histórica. Salienta-se que este acordo de cooperação firmado entre a autarquia e João Benevides, proprietário da oficina de Ferreiro/Ferrador, enquadra-se no projeto de criação do *Museu da Lagoa*, que pretende englobar os diversos núcleos museológicos de interesse cultural, existentes na Lagoa, quer sejam da própria autarquia, quer sejam privados, sob a coordenação programática de uma única instituição, nesse caso concreto, o *Museu da Lagoa*.

ASSOCIAÇÃO PEDRA – ARA SEDEADA NA LAGOA VEM PROPORCIONAR MAIS DINAMIZAÇÃO CULTURAL AO CONCELHO

A Presidente da Câmara Municipal celebrou, no passado dia 16 de janeiro, no edifício dos Paços do Concelho, um contrato de comodato com a PEDRA ARA – Associação Cultural e Recreativa, presidida por Armando Moreira. O contrato estabelecido consiste na cedência de utilização de uma sala do Convento dos Franciscanos para atividades desenvolvidas por aquela Associação, que é detentora de um espólio de arte sacra, dos séculos XVI e XVII, o qual ficará patente ao público. Estarão também, permanentemente, expostas obras dos formandos, assim como de outros artistas plásticos, residentes nos Açores e no estrangeiro. O espaço cedido será ainda diversificado, em termos de formação teatral, artes plásticas e restauro, albergando também conferências, através da Associação Sóesperança. A cedência deste espaço tem como contrapartida a dinamização da oferta cultural do Cine Teatro Lagoense Francisco d' Amaral Almeida, por parte da PEDRA – ARA, que tem como principal atividade a divulgação artística e cultural.

REUNIÃO COM O VICE-PRESIDENTE E INSPETOR COORDENADOR DO SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

A Presidente de Câmara Municipal de Lagoa e da AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, recebeu no passado dia 17 de janeiro, no edifício dos Paços do Concelho de Lagoa, o Vice-Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, Osório Silva e o Inspetor Coordenador do Serviço Regional de Proteção Civil, Rúben Couto.

Na reunião, os dirigentes do Serviço Regional de Proteção Civil, manifestaram a necessidade de uma maior proximidade entre o Serviço Regional de Proteção Civil e os Municípios Açorianos, focando o principal aspeto que os une, que é o socorro às populações.

Para além disso, manifestaram algumas preocupações que se prendem com a necessidade de sensibilizar os Municípios para a adoção de critérios de igualdade nos protocolos de

cooperação financeira com as corporações de Bombeiros e a importância de todos os municípios terem os seus Planos de Emergência, devidamente aprovados. Foram ainda abordados outros assuntos de interesse, designadamente a realização, por parte deste Serviço Regional, de cursos de 12 horas, com certificação na área da emergência e socorro, que irão decorrer já no mês a de fevereiro, disponíveis para autarcas e equipas de proteção civil dos Municípios, sendo que, ainda no decurso deste ano, serão também realizados cursos de Mass Training ou de suporte básico de vida, em toda a Região.

FORMAÇÃO EM REGRAS E NORMAS PROTOCOLARES

A Câmara Municipal de Lagoa promoveu uma formação em Regras e Normas Protocolares, que decorreu no auditório do edifício dos paços do concelho, durante o passado dia 17 de janeiro.

Esta iniciativa surgiu no início do mandato autárquico 2017-2021, destinando-se, não só aos eleitos locais da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, bem como aos seus colaboradores diretos e às Instituições do Concelho, com o propósito de os dotar dos principais conhecimentos e competências, tão necessários para um desempenho adequado no uso correto das formalidades que determinadas cerimónias exigem. Esta formação contou com a colaboração da presidência do Governo, tendo sido ministrada pelo Dr. João Pedro Borges, do Gabinete de Protocolo e Relações Públicas da Presidência do Governo.

CONVENTO DOS FRANCISCANOS DA LAGOA RECEBEU CONCERTO INTERPRETADO PELO QUARTETO DE CORDAS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

No passado dia 19 de janeiro, o Convento dos Franciscanos da cidade da Lagoa foi o palco para a atuação do Quarteto de Cordas da Guarda Nacional Republicana, que proporcionou aos lagoenses um serão diferente, com um concerto musical, que contou com a interpretação de obras de Mozart e Schubert. Este Quarteto pertence à Orquestra de Câmara da GNR e integra a Subunidade Banda de Música e Fanfarra, que é dependente da Unidade de Segurança e Honras de Estado. A sua atividade musical desenvolve-se no âmbito do Protocolo de Estado e na divulgação da GNR, sendo que, pontualmente realizam atuações, a convite de variadas entidades.

Os quartetos de cordas são compostos por dois violinos, uma viola e um violoncelo e estão entre as formações mais importantes da música de câmara, remontando a sua origem aos finais do século XVIII, tanto que, a história da música é rica em obras escritas expressamente para esta composição que constitui um género musical.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou esclarecimentos sobre o acordo celebrado com o proprietário da Oficina de Ferreiro/Ferrador, o contrato de comodato com a

PEDRA ARA – Associação Cultural e Recreativa e a formação em Regras e Normas Protocolares.

Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e Senhora Vereadora Albertina Oliveira que tem competência delegada na área da Educação e Cultura foram prestados os devidos esclarecimentos.

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

Por impedimento legal, na discussão e aprovação da proposta apresentada, ausentaram-se da reunião os seguintes membros, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota no ponto referente ao Clube Náutico de Lagoa;

- Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz nos pontos referentes ao Clube Operário Desportivo e à Associação Juvenil do Clube Operário Desportivo.

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de atribuição de apoios financeiros às Instituições Desportivas do Concelho, para o ano de 2018, que abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que, assumem especial importância todas as atividades que visem a ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho, o apoio social aos mais carenciados, a prestação de cuidados aos mais idosos, a educação, a cultura, a formação cívica, a prática de hábitos de vida saudáveis e demais atividades que promovam o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade;

Considerando a importância das instituições locais na dinamização de todas essas áreas, propõe-se a transferência dos seguintes subsídios:

- Clube Operário Desportivo – 62.250,00€;
- Santiago Futebol Clube – 32.860,00€;

- Associação Juvenil do Clube Operário Desportivo – 15.950,00€;
- Associação Atalhada Futebol Clube – 7.900,00€;
- Clube de Patinagem de Santa Cruz - 11.400,00€;
- Centro de Karaté de Lagoa – 5.000,00€;
- Judolag – Judo Clube Lagoa – 2.500,00€;
- Clube de Pesca Desportiva de Lagoa – 1.000,00€;
- Clube de Ténis de Lagoa – 1.000,00€;
- Associação de Veteranos do Clube Operário Desportivo – 1.615,00€;
- Clube Náutico de Lagoa – 5.500,00€;
- Clube Desportivo Escolar de Água de Pau – 2.000,00€;
- CDOL – Clube Desportivo Operário de Lagoa – 1.500,00€;
- Associação Cultural e Desportiva do Cabouco – 500,00€.”

Anexo à proposta foram presentes as minutas dos contratos-programa a celebrar com as referidas Instituições Desportivas do Concelho.

Pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado foram solicitados esclarecimentos em relação aos montantes dos apoios, os quais foram esclarecidos pela Senhora Presidente da Câmara.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que nem todas as Instituições estão a dinamizar da mesma forma, em sua opinião, deveria haver critérios com base no número de atletas e nos resultados obtidos.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu que durante este ano será criado um novo regulamento que trará maior equidade na atribuição dos apoios às Instituições.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos presentes, não tendo participado o Senhor Vice-Presidente na atribuição do apoio financeiro ao Clube Náutico de Lagoa e o Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz na atribuição dos apoios financeiros ao Clube Operário Desportivo e à Associação Juvenil do Clube Operário Desportivo:

1.º Aprovar a atribuição dos apoios financeiros às Instituições Desportivas do Concelho, para o ano de 2018, nos montantes acima referidos;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e às referidas Instituições Desportivas do Concelho.

Os Senhores Vice-Presidente e Vereador Fernando Jorge Moniz, regressaram à sala, a fim de continuarem a participar na presente reunião.

Por impedimento legal, na discussão e aprovação da proposta apresentada, ausentaram-se da reunião os seguintes membros, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto nos pontos referentes à Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa e ao Centro Social e Paroquial do Cabouco – Creche e Jardim de Infância “O Ninho”;

- Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota nos pontos referentes à Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa, ao Centro Social Nossa Senhora do Rosário e ao Centro Sócio-Cultural de S. Pedro;

- Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz nos pontos referentes à Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa, ao Centro Sócio - Cultural de São Pedro e à Paróquia de Nossa Senhora do Rosário;

- Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira no ponto referente ao Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO:

Foi presente a proposta de atribuição de apoios financeiros às Instituições Sociais do Concelho, para o ano de 2018, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que, assumem especial importância todas as atividades que visem a ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho, o apoio social aos mais carenciados, a prestação de cuidados aos mais idosos, a educação, a cultura, a formação cívica, a prática de hábitos de vida saudáveis e demais atividades que promovam o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade;

Considerando a importância das instituições locais na dinamização de todas essas áreas, propõe-se a transferência dos seguintes subsídios:

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada – 46.950,00€;
- Casa do Povo de Água de Pau – CDIJ Trevo – 26.040,00€;
- Casa do Povo do Cabouco – 7.200,00€;
- Centro Social e Cultural da Atalhada – 10.000,00€;
- Centro Social e Cultural do Cabouco – 24.300,00€;
- Centro Social e Paroquial do Cabouco – Creche e Jardim de Infância “O Ninho” – 8.000,00€;
- Centro Social Nossa Senhora do Rosário – 24.300,00€;
- Centro Sócio-Cultural de S. Pedro – 5.000,00€;
- Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã – 8.200,00€;
- Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa – Açores – 16.880,00€;

- Lions Clube de Lagoa – 2.000,00€;
- Paróquia da Matriz de Santa Cruz – 4.500,00€;
- Paróquia de Nossa Senhora do Rosário – 5.800,00€;
- Paróquia de Nossa Senhora dos Anjos – Água de Pau – 6.500,00€;
- Paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia – Cabouco – 1.000,00€;
- Paróquia de Santa Cruz – Nossa Senhora dos Remédios – 2.000,00€;
- Paróquia de Nossa Senhora das Necessidades – Atalhada – 1.250,00€;
- Paróquia de São José – Ribeira Chã – 2.800,00€.”

Anexo à proposta foram presentes as minutas dos contratos-programa a celebrar com as referidas Instituições Sociais do Concelho.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos presentes, não tendo participado a Senhora Presidente na atribuição dos apoios financeiros à Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa e ao Centro Social e Paroquial do Cabouco – Creche e Jardim de Infância “O Ninho”, o Senhor Vice-Presidente na atribuição dos apoios financeiros à Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa, ao Centro Social Nossa Senhora do Rosário e ao Centro Sócio-Cultural de S. Pedro, o Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz na atribuição dos apoios financeiros à Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa, ao Centro Sócio - Cultural de São Pedro e à Paróquia de Nossa Senhora do Rosário e a Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira na atribuição do apoio financeiro ao Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã:

1.º Aprovar a atribuição dos apoios financeiros às Instituições Sociais do Concelho, para o ano de 2018, nos montantes acima referidos;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e às referidas Instituições Sociais do Concelho.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vice-Presidente e Vereadores Fernando Jorge Moniz e Albertina Oliveira, regressaram à sala, a fim de continuarem a participar na presente reunião.

Por impedimento legal, na discussão e aprovação da proposta apresentada, ausentaram-se da reunião os seguintes membros, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, nos pontos referentes ao Instituto Cultural Padre João José Tavares e ao NELAG – Núcleo de Empresários do Concelho de Lagoa;

- Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz no ponto referente ao Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz;

- Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira, no ponto referente à Associação de Jovens da Ribeira Chã.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A INSTITUIÇÕES RECREATIVAS, CULTURAIS E OUTRAS DO CONCELHO:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de atribuição de apoios financeiros a Instituições Recreativas e Culturais e outras do Concelho, para o ano de 2018, que abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que, assumem especial importância todas as atividades que visem a ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho, o desenvolvimento e a promoção cultural, bem como a preservação histórica e patrimonial e a investigação científica;

Considerando a importância das instituições locais na dinamização de todas essas áreas, propõe-se a transferência dos seguintes subsídios:

- ACRA – Associação de Consumidores da Região Açores – 500,00€;
- Associação Centro Cultural da Caloura – 7.130,00€;
- Associação Cultural e Recreativa dos Funcionários da CML – 15.000,00€;
- Associação Musical de Lagoa – 10.664,00€;
- Associação Cultural e Recreativa dos Remédios – 6.000,00€;
- Associação Cultural Grupo Jovem Pauense – 1.450,00€;
- Associação de Jovens de Lagoa “O Grujola” – 1.450,00€;
- AJL - Associação Jovem Lagoense – 500,00€;
- Associação de Jovens da Ribeira Chã – 1.000,00€;
- Associação de Pais da EBI de Lagoa – 500,00€;
- Associação Musical Novos Criativos – 900,00€;
- Grupo Musical Nova Geração – 900,00€;
- Associação Motard Gravediggers – 950,00€;
- Associação dos Pescadores de Lagoa – Açores “Bom Porto” – 7.000,00€;
- Banda Filarmónica Fraternidade Rural – Água de Pau – 3.000,00€;
- Sociedade Filarmónica Lira do Rosário – 3.000,00€;
- Sociedade Filarmónica Estrela D’Alva – 3.600,00€;
- Escola Secundária de Lagoa – 3.500,00€;
- Escola Básica Integrada de Água de Pau – 1.250,00€;
- Grupo de Escoteiros n.º 96 – Rosário – 1.450,00€;

- Grupo de Escoteiros n.º 97 – Água de Pau – 2.650,00€;
- Agrupamento de Escoteiros n.º 798 – Cabouco - 1.450,00€;
- Agrupamento de Escuteiros n.º 1290 – Santa Cruz – 1.450,00€;
- Agrupamento de Escuteiros n.º 1333 – Ribeira Chã – 900,00€;
- Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz – 3.500,00€;
- Grupo de Jovens Som do Vento – 1.450,00€;
- Instituto Cultural Padre João José Tavares – 1.155,00€;
- Junta de Freguesia de Santa Cruz – Festa de Santo António 2018 – 20.000,00€;
- NELAG – Núcleo de Empresários do Concelho de Lagoa – 21.970,00€;
- Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores – 6.260,00€;
- OS QUIRIDOS – Associação Criativa e Promotora de Eventos – 1.370,00€;
- Orfeão Nossa Senhora do Rosário – 1.800,00€.”

Anexo à proposta foram presentes as minutas dos contratos-programa a celebrar com as referidas Instituições Recreativas e Culturais e outras do Concelho.

Em relação à atribuição do apoio ao NELAG – Núcleo de Empresários do Concelho de Lagoa, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá se abster por entender que o NELAG deverá ser mais ativo e autónomo e menos dependente do apoio de outras Instituições.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos presentes, não tendo participado o Senhor Vice-Presidente na atribuição do apoio financeiro ao Instituto Cultural Padre João José Tavares, o Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz na atribuição do apoio financeiro ao Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz e a Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira na atribuição do apoio financeiro à Associação de Jovens da Ribeira Chã, com exceção da atribuição do apoio financeiro ao NELAG – Núcleo de Empresários do Concelho de Lagoa que foi deliberado, por maioria dos presentes, com cinco votos a favor, sendo quatro dos membros do Partido Socialista e um voto do Senhor Vereador Roberto Oliveira, e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, não tendo participado o Senhor Vice-Presidente na atribuição do referido apoio financeiro ao NELAG:

1.º Aprovar a atribuição dos apoios financeiros às Instituições Recreativas, Culturais e outras do Concelho, para o ano de 2018, nos montantes acima referidos;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e às referidas Instituições Recreativas, Culturais e outras do Concelho.

Os Senhores Vice-Presidente e Vereadores Fernando Jorge Moniz e Albertina Oliveira, regressaram à sala, a fim de continuarem a participar na presente reunião.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE RENTING:

Sobre o assunto acima referenciado, a Senhora Presidente apresentou a proposta, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

- O atual contrato de renting de aluguer de duas viaturas marca Nissan, modelo Navara 2.5 dCi de 144 cv, termina no próximo mês de março;
- O atual contrato de renting de aluguer de duas viaturas marca Peugeot, modelo Partner Base Pro 1.6 HDi de 75 cv, termina no próximo mês de abril;
- As viaturas são necessárias ao adequado funcionamento dos serviços camarários;
- Face às atuais necessidades do Município é necessário as viaturas para apoio das diversas atividades e serviços municipais, bem como às atividades das diversas instituições do concelho;
- O tipo de viaturas a propor garante maior versatilidade no apoio aos equipamentos municipais, zonas balneares, apoio a eventos e às instituições do concelho;
- O renting é a opção mais económica e com menor risco, em que renting de automóveis é um contrato de aluguer de longa duração, pelo qual, a entidade paga uma renda fixa periódica e tem direito à total utilização do veículo escolhido, sem se preocupar com todos os custos associados à sua exploração;
- A Assembleia Municipal em sua sessão de 5 de dezembro do ano findo autorizou a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal desde que abranja os encargos não previstos no PPI, que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

Proponho a celebração de contratos de renting para as seguintes viaturas:

- Renting de uma viatura da marca Peugeot, modelo Partner L1 Premium 1.6 BlueHDi de 75 cv, pelo prazo de 3 anos (36 meses) e com o valor da renda mensal de 257,51€ com IVA incluído, com a empresa 296 - Automóveis SA.
- Renting de duas viaturas da marca Peugeot, modelo Traveller Business Long 1.6 Blue HDi de 115 CVM6, 9 lugares, pelo prazo de 3 anos (36 meses) e com o valor da renda mensal de 526,34€ com IVA incluído, para cada uma das viaturas, com a empresa 296 - Automóveis SA.
- Renting de uma viatura da marca Isuzu, modelo D-MAX, 1.9Ddi CL 4WD LCH de 164 cv, 5 lugares, pelo prazo de 3 anos (36 meses) e com o valor da renda mensal de 435,34€ com IVA incluído, com a empresa Moniz de Sá Veículos Automóveis Lda.

Deverá ser dado conhecimento dos referidos contratos de renting, à Assembleia Municipal.”

A Senhora Presidente da Câmara explicou a proposta apresentada.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, em sua opinião, não faz sentido a Câmara Municipal utilizar este procedimento de renting porque entende que não é a melhor forma de gerir.

A Senhora Presidente informou que a Câmara Municipal, neste momento, não tem disponibilidade para adquirir novas viaturas e por isso se optou pela modalidade de renting. Além disso, todos os custos relacionados com as viaturas, nomeadamente, manutenções estão incluídos no procedimento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que irá votar contra porque, em sua opinião, o procedimento correto seria a aquisição. Atendendo que a Câmara Municipal não pode de momento adquirir as quatro viaturas, recomendou que deveriam optar pela aquisição de uma ou duas viaturas, as de maior necessidade, e quando houvesse enquadramento financeiro adquiriam as outras viaturas, mas sempre pelo procedimento de aquisição. Se for feito o procedimento de renting, a Câmara Municipal daqui a três anos estará outra vez com o mesmo problema.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira informou que irá se abster nesta deliberação.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que é a favor do modelo de renting. As Câmaras Municipais devem de dar um bom exemplo de modernidade e não a utilização de equipamentos degradados porque há um grande desgaste das viaturas de serviço. Esta modalidade permite, ainda, a possibilidade de decorridos os três anos, trocar de viaturas por outras adequadas às necessidades e exigências decorrentes da atividade Camarária.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e a abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira, aprovar a celebração dos referidos contratos de renting e dar conhecimento dos mesmos à Assembleia Municipal.

PONTO N.º 6 – PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E CEDÊNCIA DOS CAMPOS MUNICIPAIS:

Foi presente o Projeto do Regulamento de Utilização e Cedência das Instalações dos Campos Municipais de Lagoa - Açores.

A promoção da qualidade de vida e o desenvolvimento da atividade desportiva no Concelho são compromissos elementares da ação política do Município de Lagoa. A importância transversal deste eixo de ação do Município para os Lagoenses, dos mais novos aos mais velhos, justifica uma estratégia concertada de gestão das instalações e dos equipamentos desportivos do Concelho, indo assim ao encontro do estipulado na Lei de Bases da Atividade Física, mormente com o inscrito no artigo 8.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro,

na sua atual redação. É ainda prevista e definida a delegação de gestão e dinamização destas instalações desportivas a entidades como Clubes e Juntas de Freguesia.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com o Projeto do Regulamento de Utilização e Cedência das Instalações dos Campos Municipais de Lagoa - Açores;

2.º Submeter à apreciação pública o Projeto do referido Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

PONTO N.º 7 – DEFINIÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – PROJETO DE INVESTIMENTO NO TECNOPARQUE – PORTAS DA LAGOA:

Pelas Portas da Lagoa, Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. foi presente o ofício n.º 9/2018, de 25 de janeiro, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1, solicitando ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), da alínea d) do artigo 15.º, e dos n.ºs 2 e 3, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com as alíneas m), do n.º 2, do artigo 23.º, g), do n.º 1 e k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que sob proposta da Câmara Municipal de Lagoa, a Assembleia Municipal de Lagoa, por deliberação aprove a classificação de interesse municipal e a isenção de aplicabilidade do IMI/IMT aos Prédios urbanos (lotes) da titularidade das Portas da Lagoa, SA, descritos no referido ofício, por um período de 5 anos.

Sobre o assunto apresentado, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que defende a igualdade de direitos e de tratamento e que todos os investimentos que são feitos no Concelho possam também ser classificados de interesse municipal. Não se sente confortável a aprovar esta deliberação de classificação de interesse municipal daqueles lotes no Tecnoparque porque, em sua opinião, há desigualdade de tratamento comparando com outros investimentos no Concelho.

A Senhora Presidente da Câmara informou que o pedido apresentado tem enquadramento no Regulamento Lagoa Investe - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de interesse Municipal.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e dois votos contra dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a classificação de interesse municipal e a isenção de aplicabilidade do IMI/IMT aos referidos Prédios urbanos (lotes) da titularidade das Portas da Lagoa, SA, por um período de 5 anos;

2.º Submeter o referido processo à aprovação da Assembleia Municipal;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA – PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO AO PEPGRA:

Foi presente a proposta sobre o Plano Municipal de Ação ao PEPGRA, que abaixo se transcreve:

“- Considerando o disposto no art.º 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2016/A (primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro de 2011), e tomando como referência a concretização das diretrizes constantes no PEPGRA;

- Considerando que este plano pretende ser um documento que reflita as opções que irão ser mobilizadas até pelo menos 2020 para dar cumprimento às metas e objetivos definidos no PEPGRA, num compromisso conjunto que é assumido pelo Município de Lagoa e pela MUSAMI enquanto esta última responsável pelo SGRU do Município;

- Considerando que em particular, são identificadas as mudanças de cariz tecnológico e de gestão que irão ser implementadas, bem como todos os equipamentos e infraestruturas associados às estratégias a implementar na gestão dos resíduos, dando especial evidência às medidas que, de uma forma concertada com as perspetivas do PEPGRA, promoverão uma convergência com as metas a atingir;

- Considerando por último que o procedimento de aprovação ao Plano de Ação ao PEPGRA de Lagoa, segundo o artigo 23.º do DLR n.º 19/2016/A, (primeira alteração ao DLR n.º 29/2011/A de 16 de novembro), é o previsto para os regulamentos municipais;

Proponho que a Câmara Municipal envie para discussão pública o presente documento.”

O Senhor Vereador Nelson Santos com competência na área do ambiente e na recolha de resíduos urbanos explicou a proposta apresentada.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que irá se abster nesta deliberação porque o documento apesar de bastante exaustivo não quantifica como é que se atinge os objetivos de 50%.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis votos a favor, sendo cinco votos dos membros do Partido Socialista e um voto do Senhor Vereador Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:

1.º Concordar com a proposta sobre o Plano Municipal de Ação ao PEPGRA;

2.º Submeter à apreciação pública o referido Plano, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

Pelos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira foi apresentada a Declaração que abaixo se transcreve:

“DECLARAÇÃO AO PONTO N.º 8 DA REUNIÃO N.º 2 DE 2018 DE 30 DE JANEIRO

Os objetivos para a redução da produção dos resíduos, as metas para a redução do percentual de não valorizáveis, os problemas ambientais subjacentes à manutenção e criação de células para depósito dos resíduos indiferenciados, são apenas alguns dos fatores que fazem com que hoje mais do que nunca, se tracem objetivos para minimizar os impactos que a produção de resíduos tem na nossa sociedade.

A Proposta do Plano Municipal de Ação ao PEPGRA, é pois um documento de elevado valor estatístico que mostra claramente os resultados de uma sociedade que, não obstante os esforços levados a efeito por quem tem a obrigação de fazer a gestão desta problemática, não têm surtido o efeito que se desejaria, estando a realidade atual a uma distância enorme nas metas propostas para 2020.

O dito plano de ação identifica os valores atuais, as causas e até algumas medidas prováveis para contrariar a tendência atual, todavia os atrasos na apresentação e aprovação do mesmo, serão um claro obstáculo à concretização destes objetivos.

Não obstante reconhecermos que já foram levados a efeito algumas iniciativas elencadas no dito documento, a verdade é que existe uma desagradável tendência em manterem-se os valores de reciclagem de há vários anos a esta parte.

Cientes deste problema que afeta o mundo em geral e o nosso concelho em particular, os vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, apresentaram recentemente uma proposta de promoção de cidadania, focada principalmente nesta temática, com algumas iniciativas que postas em prática darão um importante contributo, no objetivo de atenuar a parca participação do nosso concelho, na capacidade de reduzir os valores de resíduos urbanos não valorizáveis.

Posto isso, fazemos votos que a maioria socialista desta câmara mostre a abertura adequada em relação às nossas propostas, mas também a celeridade necessária para que o concelho assuma a liderança na capacidade de mudar os hábitos e procedimentos de muitas das famílias, no que concerne à produção e separação de resíduos.”

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 9 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 29 de janeiro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 546.738,16 € (quinhentos e quarenta e seis mil setecentos e trinta e oito euros e dezasseis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS, LICENÇAS, ÁGUA E SANEAMENTO:

PONTO N.º 10 – INFORMAÇÃO – PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA DE ÁGUA:

Foi presente a informação datada de 23 de janeiro do corrente ano, elaborada pelo Escrivão das Execuções Fiscais, que abaixo se transcreve:

“Decorridos que são 8 anos desde a data da autuação, e face ao que dispõe o n.º 1 do artigo 48.º da Lei Geral Tributária, Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, a obrigação tributária prescreve no prazo de 8 anos, salvo se outro mais curto estiver fixado na Lei.

Face ao exposto, incluso anexo a Requisição de 96 conhecimentos dos processos referentes ao ano de 2009, no montante de 1.253,51 € (mil duzentos e cinquenta e três euros e cinquenta e um cêntimo), a fim dos mesmos serem anulados.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis votos a favor, sendo cinco votos dos membros do Partido Socialista e um voto do Senhor Vereador Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, que sejam levantados os referidos processos, procedendo-se à sua anulação, por prescrição, face à legislação em vigor.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

PONTO N.º 11 – RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO REFERENTE AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2014, DE 31/03, (PROCESSO DE OBRAS N.º 51/2012) SITO AOS PORTÕES VERMELHOS, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Foi presente à Câmara Municipal o requerimento apresentado por João Luís Índio Unipessoal Lda., solicitando a realização de vistoria às obras de infraestruturas relativas ao Alvará de Loteamento n.º 1/2014 de 31/03, (processo de obras n.º 51/2012) sito aos Portões

Vermelhos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa, com vista à receção provisória das obras de urbanização.

Considerando o auto de vistoria elaborado pelos Peritos da Comissão de Vistoria, no qual se verificou que as obras de urbanização do respetivo loteamento estão concluídas e em condições de serem rececionadas pelo Município. O prazo de garantia das obras de urbanização é de cinco anos, devendo ser libertado 90% do montante total da caução, e os remanescentes 10% serão libertados com a receção definitiva das obras de urbanização.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Proceder à receção provisória das obras de urbanização do loteamento supra referido, bem como proceder ao cancelamento parcial (90%) da garantia bancária n.º 0627.016428.993, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, em 24 de março de 2014, ficando o remanescente (10%) cativo até à receção definitiva das obras de urbanização, que se verificará findo o prazo de garantia das referidas obras, conforme prevê o n.º 5 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;

2.º Dar conhecimento da presente deliberação à respetiva entidade bancária, para os devidos efeitos.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

ENCERRAMENTO:

Todos os assuntos foram aprovados em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:25 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu *[assinatura]*, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

[assinatura]
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO